

O COR DO REI: UM ESTUDO SOBRE A PRODUÇÃO DO ANIL NO RIO DE JANEIRO COLONIAL, 1749-1818

Fábio Pesavento[#]

Doutorando do Programa de Pós-Graduação de Economia da UFF

INTRODUÇÃO

De um modo geral pouco se sabe acerca das atividades paralelas àquelas consideradas principais na economia colonial brasileira. Daí, a preponderância de estudos sobre o açúcar, a mineração ou, ainda, a mão-de-obra utilizada nestas. Dessa forma, poucas são as análises encontradas acerca das atividades econômicas “secundárias” que existiam no período colonial brasileiro.

Este argumento já parece ser suficiente para se emaranhar na névoa da atividade econômica marginal. Portanto, o estudo que se pretende fazer aqui, de maneira introdutória, toma sentido neste e em outro aspecto: analisar uma nova cultura introduzida, no Rio de Janeiro, pela Coroa Portuguesa – o anil ou índigo – entre 1749 a 1818.

Este corante, empregado na indústria têxtil, figurava entre os principais produtos exportados por aquela Capitania entre o final do século XVIII e início do XIX. Todavia, seu êxito foi relativamente curto (1779-1807). Assim, este estudo pretende investigar algumas das possíveis causas deste movimento. Para tanto, analisou-se, em primeiro lugar, o histórico desta atividade econômica. Em seguida, apresentou-se antigas e novas perspectivas para o declínio do índigo. Por último, realizou-se uma análise dos dados encontrados na documentação citada, relativos ao período estudado.

1 O ANIL NO RIO DE JANEIRO COLONIAL: 1749-1818

Foi no ano de 1749, que o cirurgião francês João Batista Darrigue começou a tentativa de fabricação do anil em terras fluminenses. A ele é atribuída a iniciativa de tentar

[#] Este trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil. E-mail: uffpesavento@yahoo.com.br

começar a produção, uma vez que apenas identificou a planta do anil nos arredores do Rio de Janeiro. Na verdade, era “(...) mais da simples fantasia para pretender disfructar o que via, do que huá melhor especulação (...)”¹. Faltava-lhe o conhecimento mercantil e os recursos necessários que apenas um negociante da praça poderia lhe fornecer. Assim, a fim de dar um caráter comercial a esta “curiosidade”, Darrigue convenceu o ilustre negociante da cidade, Manoel da Costa Cardozo², a investir na produção de anil. Para tanto, foi erigida uma fábrica³ de madeira no Engenho Velho, a qual ficou pronta em 1750, com um custo significativo⁴. Todavia, o insucesso em obter um produto de qualidade, denunciava o despreparo para produzir o corante, tanto do cirurgiãõ quanto do negociante, os quais esbarravam na falta de suporte da Coroa para esta iniciativa. Por isso, “(...) não obstante aplicar as maiores diligencias para conseguir do Reino algum mestre com a precisa inteligencia, (...) resultando em lugar de lucro avultada perda (...)”⁵.

Diante do fracasso, a fábrica ficou praticamente abandonada até 1771⁶, quando outro francês (João de Marins) persuadiu Cardozo a tentar novas experiências. Contudo, não obteve, novamente, o retorno esperado, apesar de muito trabalho e de novos investimentos (a fábrica de madeira cedeu lugar a uma de pedra, por exemplo). O cenário não era animador, pois além das incertezas e dificuldades de se iniciar uma nova cultura, de não se contar com o apoio da Coroa, existia o descaso, “(...) todos ignoravãõ o seo prestimo, e reputaçãõ as antigas experiencias como producçoens fantasticas, e impossiveis de se praticar (...)”⁷.

Cardozo já duvidava da capacidade de obter algum retorno de seu investimento. Mesmo assim, para que isto ocorresse, procurou em 1772, Jeronimo Vieira de Abreu, que além de ser irmão de outro importante comerciante do Rio de Janeiro, Manoel Luís Vieira⁸,

¹ Luiz de Vasconcelos para Melo e Castro. Rio de Janeiro em 17/01/1785. AN, código 68, vol. 6, p. 260v.

² Segundo o Cônego Januário da Cunha Barbosa em *Nota sobre o anil*, IHGB, lata 21, pasta 18 – também participou do investimento o negociante Francisco Xavier de Lima.

³ Suas características serão discutidas no próximo ponto.

⁴ Segundo Cônego Januário da Cunha Barbosa, *ob. cit.*, o investimento foi de 16.000 cruzados.

⁵ Luiz de Vasconcelos para Melo e Castro. Rio de Janeiro em 17/01/1785. AN, código 68, vol. 6, p. 260.

⁶ Em 1761 Cardozo anexou terras a *chácara do anil* no valor de 1:430\$000rs. *Revista do Arquivo do Distrito Federal*, vol. 2, Janeiro de 1895, p. 216-17.

⁷ Luiz de Vasconcelos para Melo e Castro. Rio de Janeiro em 17/01/1785. AN, código 68, vol. 6, p. 260v.

⁸ Ver ALDEN (1954).

era amigo particular de Antônio de Oliveira Durão. Depois de alguns experimentos – utilizando-se da experiência de Manoel da Costa Cardozo e fazendo benfeitorias na fábrica – Jeronimo conseguiu extrair um corante de qualidade. Então, logo trataram⁹ de comunicar à Coroa tal feito, pedindo para patentear o processo de preparo em nome de Jeronimo.

Já no segundo mês de 1773, “(...) muito antes de se verificarem os seus inventos, procurou imediatamente o meo Antecessor [Lavradio] fazer comunicar a todos, recomendando ao sobredito Jeronimo Vieira encinhar-se as regras, e os preceitos necessarios áquellas pessoas, que se quizessem aproveitar desta cultura¹⁰”. Com as regras “patenteadas”, Jeronimo tratou de difundi-las. Para isto, “espalhou mais de 800 cópias sobre as regras da fabricação do anil, as quaes se remetteram tambem para as outras capitancias¹¹”, bem como sementes da *Indigofera*. Naquela mesma data, Durão e Cardozo ficaram com o privilégio exclusivo de fabricação. Em agosto de 1773, seguindo as determinações da Coroa e em resposta à carta de fevereiro do mesmo ano, Lavradio designou Jeronimo como inspetor geral das fábricas de anil da Capitania do Rio de Janeiro. Determinou, também, que a Fazenda Real pagasse à vista e em dinheiro, todo o anil produzido ali por um período aproximado de dez anos, ao preço de mil Réis (1\$000) o de primeira qualidade, novecentos Réis (\$900) o de segunda e de setecentos Réis (\$700) o de terceira. Por último, estabeleceu que nenhum particular poderia comprar o anil produzido¹². Se por um lado estas medidas (preço e compra do anil assegurados) estimulavam a cultura do anil, por outro incentivavam a redução dos custos por parte dos anileiros, podendo ocasionar um corante de baixa qualidade.

Neste mesmo ano Jeronimo passa em Andarahy, Lagoa e distritos próximos, para colher sementes e examinar os pés, além de indicar os seus donos¹³. Ele era incansável na sua tarefa. Sua dedicação era notável, percorria fazenda a fazenda, casa a casa.

Esta intervenção na produção anileira estendeu-se a outras atividades econômicas como a cochonilha (corante extraído de insetos), o linho e o arroz¹⁴. Na verdade, estas

⁹ Manoel da Costa Cardozo, Domingos José Henrique de Paiva e Ildelfonso José da Costa. Cônego Januário da Cunha Barbosa, *Nota sobre o anil*, IHGB, lata 21, pasta 18.

¹⁰ *Ibidem*, p. 261.

¹¹ Cônego Januário da Cunha Barbosa, *ob.cit.*

¹² ALDEN (1965), p. 49.

medidas de fomento estão inseridas num contexto peculiar. De um lado, existe o crescimento da demanda inglesa por matérias-primas, fruto da Revolução Industrial. De outro, o arrefecimento do ciclo aurífero, revigorando a agricultura¹⁵. Para ALDEN (1999) o renascimento agrícola se deve a diversos aspectos. Entre elas, as medidas adotadas pelo Marquês de Pombal¹⁶ e sucessores (dentre elas o estímulo à diversificação da produção agrícola), a retomada das rivalidades entre França e Inglaterra e a queda de concorrentes importantes do açúcar brasileiro (como São Domingos). Parece claro, portanto, que o incentivo da Coroa ao anil é fruto, em boa medida, destas circunstâncias. Fica nítido, também, que as políticas de fomento agrícolas implementadas pelo Marquês de Lavradio, estavam em consonância com a política pombalina (forte intervenção estatal na economia) implementada durante o período deste estudo.

Com o preço assegurado, mas principalmente a compra garantida pela Coroa, as remessas de anil começaram a chegar à Fazenda Real, apesar das queixas de Lavradio sobre “a preguiça natural dos Americanos¹⁷”. O Marquês estava empolgado com as perspectivas do anil produzido na Capitania, pois tinha conseguido “animar bastante pessoas”. Contudo, existia o empecilho da falta de recursos, uma vez que as guerras se faziam presentes no Sul e o pronto pagamento do anil produzido no Rio de Janeiro ficava ameaçado. A fim de encontrar uma alternativa à carência de meios monetários da Fazenda Real, Lavradio sugere

(...)que a segurança dos três diferentes preços, segundo as qualidades do anil seja feita por algum dos comerciantes desta Praça dos mais abonados (...) Segundo, que os lavradores deste gênero não tenham obrigação de virem vender só aquele (...) Terceiro, que os mesmo lavradores possam vender pelos preços em que se ajustarem. [Além disto,] que eles possam navegar para a Europa, isto é, remete-lo para Portugal as pessoas que bem lhe parecerem (...) desse modo haverá

¹³ Petições, despachos e outros documentos sobre as invenções de Jeronimo Vieira de Abreu. Rio de Janeiro em 15/11/1773. BN – II, 34,24,9 – p. 9-10.

¹⁴ Ver WEHLING (1977).

¹⁵ Para uma análise sobre a existência ou não de um revigoramento agrícola, ver FRAGOSO (1998).

¹⁶ Ver FALCON (19) e ALDEN (1999).

¹⁷ Lavradio para Melo e Castro. Rio de Janeiro em 26/02/1774. D'ALMEIDA (1942), p. 181.

grande abundancia de todos este gêneros [anil, cochonilha, arroz e algodão]¹⁸.

Com estas medidas, Lavradio pretendia aliviar o caixa da Fazenda Real e também coibir a falsificação de anil (como o anileiro desconfia do pronto pagamento da Coroa pelo índigo entregue, ele opta pela falsificação, colocando água de marisco ou cal a fim de aumentar o peso). Além disto, deixava, em parte, os anileiros sob os auspícios dos grandes negociantes da Praça carioca.

Obrigando a estes lavradores, a que só venham fazer as suas vendas a Fazenda Real, isto basta para os por a eles em uma grande desconfiança e a se aplicarem todos a estudarem meios para nos enganarem [a Coroa], falsificam os gêneros que os trouxeram (...) depois os rendimentos gerais desta Capitania não chegam para as despesas que somos obrigados a fazer¹⁹.

A intenção de Lavradio era razoável, porém o comportamento oportunista²⁰ dos agentes surgia não só por parte dos fabricantes, mas também no momento em que o negociante estabelecia o preço de mercado. É sabido que existia pouco crédito na Praça carioca²¹. Este cenário restritivo levou a cristalização de uma elite comercial. Com um número diminuto de negociantes de grosso trato, o preço baixo pago aos anileiros fluminenses (metade que a Coroa pagava²²) acabava por refletir esta estrutura de mercado concentrada. Assim, quando a Fazenda Real não honrava o seu compromisso (ou demorava em quitar a sua dívida com o anileiro), o fabricante recorria aos negociantes.

Pode-se dizer que a dinâmica anileira fluminense seguirá, em boa medida, o grau de confiança que os fabricantes e lavradores têm na Fazenda Real quanto ao pagamento. Sabem que se este ocorrer, o preço será superior ao de mercado, elevando o seu lucro. Cabe ressaltar que, a “tecnologia”, a mão-de-obra empregada, o mercado internacional do anil e os choques externos (guerras, crises econômicas) ou internos (estiagem, peste)

¹⁸ *Ibidem*, p. 182-84.

¹⁹ *Ibidem*, p. 184.

²⁰ Obter os benefícios de uma ação ilegal, sem incorrer com os seus custos.

²¹ FRAGOZO & FLORENTINO (2001), capítulo 3.

representarão peças importantes. Todavia, neste período inicial (1749-1779), quando o lavrador (ou fabricantes) plantar (ou produzir), ele estará observando aquilo que acontece debaixo dos seus pés, e a variável chave para que isto aconteça é o compromisso da Coroa em honrar a sua promessa. Quando isto não acontecer, a produção declinará. Este fato pode estar relacionado à diversificação da produção do lavrador e do fabricante, pois se a Coroa não paga pelo anil, eles migram para outras culturas como a mandioca e o arroz²³.

Cada ves o vão beneficiando milhos e se os roseyros não andassem tão devertidos com a plantação do anil e arros poderia haver mayor quantidade, a ambição daqueles dois generos, e a sua lavoura tem feito, que os roseiros não plantem a precioza mandioca e legume com este respeito tem sopido mais farinha e feijão alto preço²⁴.

Em 1774, quatrocentos e dezenove arráteis²⁵ foram envidas do Rio de Janeiro para Portugal. De 1775 a 1776 encontrou-se quatro amostras enviadas²⁶. Em carta de 8 de outubro de 1776, Melo e Castro afirma que

(...) ainda que a sua qualidade não he a mais perfeita, se tem com tudo observado que algumas das caixas, que Vossa Excelência mandou da penultima e ultima remessa fazem grande diferença, para melhor, das precedentes, o que dá boas esperanças de que com a continuação e animados os fabricantes (...) dentro em breve tempo, teremos anil tão bom como o de Guatemala²⁷.

Apesar do pagamento descontinuado realizado pela Coroa, o processo de incentivo desta (preço acima do mercado, a compra da produção e o trabalho de Jeronimo) resultou

²² Luiz de Vasconcelos para Melo e Castro. Rio de Janeiro em 17/01/1785. AN, códice 68, vol. 6, p. 261.

²³ Esta discussão será ampliada em 2.3 e no capítulo 3.

²⁴ João Hopman para Lavradio. Rio de Janeiro em 4/05/1780. AN, microfilme n. 025.97, Flash 3, rd. 42.5 - 42.6.

²⁵ ALDEN (1965), nota de rodapé 55. 1 arrátel equivale a 0,04 arrobas.

²⁶ Em 1775, AN, códice 69, vol. 2, p. 113v. Em 1776, AN, códice 69, vol. 2, p. 119,119v e 126.

²⁷ Melo e Castro para Lavradio. Palácio N.S. D'Ajuda em 8/10/1776 – BN, I,31,31,1, p. 36.

em avanços tanto na qualidade como na quantidade produzida. Em 1778, entrou em Lisboa mais 17.000 arráteis e no ano seguinte 113.000²⁸.

Luis de Vasconcelos e Souza assume o vice-reinado em 1779. A política fomentista prossegue, porém, queixa-se de como a falta de pronto pagamento pode arrefecer esta atividade

Logo que o annil principiou a augmentar-se pelo meio mais proprio de o receber a Fazenda Real e de ser promptamente pago na forma da Ordem de Sua Magestade (...) veio em breve tempo a experimentar uma notável decadencia pela falta de prompto pagamento até o ponto de se deitarem abaixo algumas fabricas (...) foi comtudo necessario restabelecel-a outra ves por meio de editaes, que fiz publicar no anno de 1779²⁹.

Em 1779, a Fazenda Real começou a pagar o anil em dinheiro e os fabricantes voltaram a produzir. O resultado desta política fomentista foi que o índigo era o terceiro produto exportado do Rio de Janeiro para Portugal³⁰. Outro dado que confirma os efeitos da política fomentista são as 406 fábricas de anil³¹ em diversos distritos do Rio de Janeiro (as evidências, contudo, mostram um número de 39 fábricas³²).

O custo para a Coroa de manter o pagamento à vista dos anileiros mostrou-se elevado no médio e longo prazo. Em 1781 a dívida da Fazenda Real com eles era de 24:544\$150rs³³. Por vezes, os fabricantes deixavam o anil, mas saíam desanimados, pois

²⁸ Melo e Castro para Lavradio. Palácio N.S. D'Ajuda em 4/11/1778. BN – I,2,47 – p. 111-12v. Este diz que têm entrado em Lisboa 17.000 arráteis no ano de 1778. 1779: RIHGB, tomo XLVII, 1844, p. 46-51.

²⁹ Relatório para o sucessor. Rio de Janeiro. RIHGB, vol. 23, 1860, p. 188.

³⁰ Memórias publicas e econômicas da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro para o uso do vice-rei Luiz de Vasconcelos, por observação curiosa dos anos de 1779 até o de 1789. RIHGB, tomo 47, 1884, p. 46-51.

³¹ Relatório para o sucessor. Rio de Janeiro. RIHGB, vol. 23, 1860, p. 189.

³² Jeronimo Vieira de Abreu. Mapa assinado por Jeronimo Vieira de Abreu, registrando o exame realizado ao estabelecimento, funcionamento e produção das fábricas de anil na capitania do Rio de Janeiro, em resposta a uma portaria do vice-rei do Estado do Brasil, [Luís de Vasconcelos e Souza], datada de 8 de janeiro de 1783. Rio de Janeiro em 31/05/1784. Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (AHU), Conselho Ultramarino, Brasil, Rio de Janeiro, caixa 123, doc. 9937.

³³ Relatório para o sucessor. Rio de Janeiro. RIHGB, vol. 23, 1860, p. 189.

ficavam sem recompensa “pelo esforço de seu trabalho”, uma vez que a mesma estava sem recursos para fazer frente a esta oferta. Luis de Vasconcelos relata

(...) ao principio não foi tão dificultosa de observar pela modica quantidade do genero [1773], e por consequencia da despeza, com que se fazia o seu pagamento, à medida que se foi augmentando o mesmo genero, foi sentindo mais e mais demoras na sua tão importante execução; e já agora (...) tem chegado ao ponto de impossibilidade, que só a mesma Senhora pode remediar³⁴.

Cumprе ressaltar que apesar da falta do pagamento a qualidade do anil melhorou. Por isso, Melo e Castro, em novembro de 1781, aumenta o preço do anil para mil e duzentos Réis (1\$200) o de primeira sorte, mil Réis (1\$000) para o de segunda e oitocentos Réis (\$800) para o de terceira³⁵. Em 1782, com os preços recém-aumentados e “os fabricantes (...) a perceber o fruto do seu trabalho com o pronto pagamento (...) não hesitaram em restabelecer as suas Fabricas, (...)”³⁶.” Mesmo assim, sabia-se que a Fazenda Real, por vezes, demorava em honrar os seus compromissos, levando os negociantes e fabricantes a negociarem diretamente, o que estava proibido. Este comércio ilegal foi alvo da atenção de Luiz de Vasconcelos, porém “todos os esforços, que heide pôr, para que os negociantes não consigão o seu projeto no estado, em que se-acha a Fazenda Real, ou hão de ser inúteis, ou farão com que a mesma não possa continuar outras despesas de suma necessidade³⁷.” Para tentar por fim às dificuldades financeiras da Fazenda Real, Sua Majestade, finalmente, ordena:

(...) que Vossa Excelencia remeta á minha ordem a entregar no Jardim Botânico, todo o Anil, e Coxonilha, que se comprar nessa Capitania por conta da Fazenda Real, (...) avizando-me Vossa Excelencia da

³⁴ Luiz de Vasconcelos para Melo e Castro. Rio de Janeiro em 15/7/1781. *RIHGB*, vol. 256, jul.set., 1962, p. 201.

³⁵ Melo e Castro para Luiz de Vasconcelos. Palácio de Gueluz em 1º/11/1781. AN, código 67, vol. 9, p. 49v.

³⁶ Luiz de Vasconcelos para Melo e Castro. Rio de Janeiro em 5/8/1782. AN, código 68, vol. 5, p. 209.

³⁷ Luiz de Vasconcelos para Mello e Castro. Rio de Janeiro em 14/7/1783. AN, código 68, vol. 6, p. 76.